

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício 2020

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
AGE**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S/A
AGE**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras – Exercício 2020**

Sumário

➤ Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	01
➤ Balanço Patrimonial.....	04
➤ Demonstração do Resultado do Exercício.....	06
➤ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	07
➤ Demonstração do Resultado Abrangente.....	08
➤ Demonstração dos Fluxos de caixa.....	09
➤ Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
Recife/PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em data de 31 de janeiro de 2020, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal (RN), 19 de março de 2021.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O



Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Contador - Responsável Técnico
CRC/PE nº 9702 "T" RN



Mariana Guerra Marinho
Contadora
CRC/RN nº 7246/O RN

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2020	2019
CIRCULANTE		33.735	27.348
Disponibilidades		212	286
Títulos e Valores Mobiliários	3	13.747	16.252
Relações Interfinanceiras		6.500	-
Bacen-Deposito p/Aumento de Capital	4	6.500	-
Operações de Crédito		13.041	10.585
Empréstimos	5.1	12.558	10.722
Financiamentos	5.1	964	676
Provisão para Operações de Créditos	5.2	(482)	(813)
Outros Créditos		235	224
NÃO CIRCULANTE		28.532	26.327
Títulos e Valores Mobiliários	3	-	4.192
Operações de Crédito		28.051	21.634
Empréstimos	5.1	24.762	15.605
Financiamentos	5.1	3.678	6.330
Provisão para Operações de Créditos	5.2	(389)	(301)
Permanente	6	481	500
Imobilizado de Uso		59	90
Intangível		422	410
TOTAL DO ATIVO		62.267	53.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2020	2019
CIRCULANTE		8.505	2.198
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7	498	909
Obrigações por Repasses - BNDES		-	411
Obrigações por Repasses - FINEP		347	347
Obrigações por Repasses - BNB		151	151
Outras Obrigações		8.007	1.289
Fiscais e Previdenciárias		221	172
Diversas	8	7.786	1.117
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		1.035	4.196
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7	1.035	4.196
Obrigações por Repasses - BNDES		-	2.806
Obrigações por Repasses - FINEP		716	922
Obrigações por Repasses - BNB		319	467
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		52.727	47.281
Capital	9	71.810	65.410
Prejuízo acumulado		(19.083)	(18.129)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.267	53.675

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

DISCRIMINAÇÃO	Nota Explicativa	2º Semestre 2020	Jan-Dez/2020	2º Semestre 2019	Jan- Dez/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.104	6.308	3.228	6.675
Operações de Crédito		2.957	5.792	2.678	5.620
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		148	516	550	1.055
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(165)	(220)	770	480
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(165)	(220)	770	480
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.940	6.088	3.998	7.155
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(3.324)	(7.041)	(4.184)	(8.046)
Receitas de Prestação de Serviços		628	1.058	182	379
Despesas de Pessoal e Honorários	10	(2.693)	(5.090)	(1.803)	(3.481)
Outras Despesas Administrativas	11	(730)	(1.891)	(1.891)	(3.592)
Despesas Tributárias		-	-	(10)	(26)
Despesas de Obrigações por Repasses		(29)	(156)	(160)	(332)
Despesas de Depreciação e Amortização		(331)	(657)	(350)	(681)
Outras Despesas Operacionais		(174)	(343)	(159)	(329)
Outros Receitas Operacionais		4	37	7	16
RESULTADO OPERACIONAL		(384)	(953)	(187)	(891)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2	2	3	3
Outras Receitas Não Operacionais		3	3	3	4
Outras Despesas Não Operacionais		(1)	(1)	-	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O		(382)	(951)	(183)	(888)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(3)	-	(20)
Provisão para Imposto de Renda		-	(1)	-	(11)
Provisão para Contribuição Social		-	(1)	-	(8)
RESULTADO LÍQUIDO		(382)	(954)	(183)	(907)
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS		70.754.408	70.754.408	64.354.408	64.354.408
RESULTADO POR AÇÃO		(0,005396)	(0,013483)	(0,002851)	(0,014099)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social Realizado	Reserva de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Lucros		
Saldo no início do período em 01/01/2019	65.410	-	-	(17.065)	48.345
Lucro (Prejuízo) do Período	-	-	-	(724)	(724)
Ajuste de Períodos Anteriores					-
Saldo no fim do período em 30/06/2019	65.410	-	-	(17.789)	47.621
Lucro (Prejuízo) do Período	-	-	-	(183)	(183)
Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	-	(156)	(156)
Saldo no fim do período em 31/12/2019	65.410	-	-	(18.129)	47.281
Mutação do período				(183)	(183)
Ajuste de Períodos Anteriores				(156)	(156)
Saldo no início do período em 01/01/2020	65.410		-	(18.129)	47.281
Aumento de Capital	6.400				6.400
Dinheiro	6.400				6.400
Lucro (Prejuízo) do Período				(572)	(572)
Saldo no fim do período em 30/06/2020	71.810		-	(18.701)	53.109
Mutação do período	6.400			(572)	5.828
Aumento de Capital	-			-	-
Dinheiro	-			-	-
Lucro (Prejuízo) do Período	-	-	-	(382)	(382)
Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-
Saldo no fim do período em 31/12/2020	71.810	-	-	(19.083)	52.727
Mutação do período					-
Ajuste de Períodos Anteriores					-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2020	JAN-DEZ-2020	2º SEMESTRE 2019	JAN-DEZ-2019
Resultado Líquido do Semestre	(382)	(954)	(183)	(907)
Realização da Reserva de reavaliação	-	-	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	(382)	(954)	(183)	(907)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE
CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15
Rua Dom João Costa, 20 - Torreão, Recife/PE - CEP: 52.030-220
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2º Sem. 2020	Jan-Dez/2020	2º Sem. 2019	Jan-Dez/2019
(Prejuízo)/lucro do exercício	(382)	(954)	(183)	(907)
Ajustado por:				
Depreciação/Amortização	(331)	(5)	(235)	(566)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(165)	(461)	770	480
Ajuste ao Capital	-	-	156	156
(Prejuízo)/lucro Ajustado	(877)	(1.419)	508	(837)
Variação de ativos e passivos	8.045	1.983	269	1.419
(Redução) aumento em títulos e valores mobiliários	7.650	6.697	(2.577)	(5.305)
Aumento (redução) em operações de crédito	(6.964)	(8.629)	4.706	8.751
Aumento (redução) em provisões para operações de crédito	779	779	(1.792)	(1.365)
Aumento em outros créditos	(19)	(11)	(138)	(157)
Aumento em obrigações por emp.repasse	(131)	(3.571)	(296)	(748)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(252)	49	4	31
(Redução) Aumento em obrigações diversas	6.982	6.669	362	213
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	7.168	564	777	582
Fluxos das atividades de investimentos				
Aquisições/baixas de imobilizado	(4)	(4)	109	107
Aquisições de intangível	(627)	(634)	(613)	(615)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(631)	(638)	(504)	(508)
Fluxos das atividades de financiamentos				
Recurso p/ Aumento de capita pelos acionistas	(6.400)	-	-	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(6.400)	-	-	-
Aumento/(Redução) do Caixa e equivalente de caixa	137	(74)	273	75
Modificações do Caixa e equivalente de caixa				
No início do período	75	361	13	212
No final do período	212	287	286	286
Aumento (Redução)	137	(74)	273	75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, data de encerramento do exercício, e comparadas em conformidade com a Circular Bacen 3959, de 04/09/2019.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.



No encerramento do exercício findo em 31.12.2020 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	2020	2019
Curto Prazo (para negociação)		13.747	16.252
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	9.441	16.252
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4306	-
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		-	4.192
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	0	4.192
TOTAL		13.747	20.444

4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valor correspondente ao recolhimento ao Banco Central do Brasil em espécie, no valor de R\$ 6.500 (mil) para atendimento ao disposto no artigo 27 da Lei no. 4595/64, referente à integralização do capital Social da Agência – vide notas 8 e 9.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

5.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

Setor	31.12.2020				31.12.2019			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Privado								
St Publico	-	-	-	-	-	3	-	3
Outros	156	2.633	19.787	22.576	39	3.021	13.926	16.986
Indústria	80	-	3.482	3.562	13	10	5.433	5.456
Comércio	2.202	5.986	5.004	13.192	66	123	2.418	2.607
Pessoa	53	142	18	213	513	2.143	159	2.815
Subtotal	2.491	8.761	28.291	39.543	632	5.300	21.935	27.867

Vencido

Setor	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Privado								
Serviço	185	46	3	234	3.920	45	29	3.994
Indústria	29	-	86	115	9	97	430	536
Comércio	1.160	657	227	2.044	386	211	83	680
Pessoa	3	12	11	26	199	29	29	257
Subtotal	1.377	715	327	2.419	4.514	383	570	5.466

5.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A

VENCER

Nível de risco	31.12.2020				31.12.2019		
	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	2.392	7.375	14.774	24.541	0,50%	123	46
B	2	954	12.826	13.782	1,00%	138	146
C	95	426	672	1.193	3,00%	36	106
D	-	-	-	-	10,00%	-	44
E	-	2	2	4	30,00%	1	1
F	-	-	-	-	50,00%	-	-
G	-	-	-	-	70,00%	-	3
H	2	4	17	23	100,00%	22	36
Total	2.491	8.761	28.291	39.543		320	382

VENCIDO	31.12.2020						31.12.2019
	Nível de risco	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão
	A	593	-	-	593	0,50%	3
	B	428	-	-	428	1,00%	4
	C	342	-	-	342	3,00%	10
	D	12	177	-	189	10,00%	19
	E	-	210	55	295	30,00%	89
	F	2	250	-	252	50,00%	126
	G	-	71	-	71	70,00%	50
	H	-	7	242	249	100,00%	249
	Total	1.377	715	327	2.419		550

5.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	2020	2019
Saldo no Início do exercício	1.113	2.817
Adições	694	404
Recuperação de Crédito Baixado	(440)	(207)
Reversões	(34)	(677)
Baixa	(463)	(1.224)
Saldo no Final do semestre	870	1.113

6. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2020	Adições 2º Set2020	Baixas	Saldo em 30/06/2020	Saldo em 31/12/2019
PERMANENTE	481	300	-	180	500
Imobilizado de Uso	59	(14)	-	72	90
Móveis e Equipamentos de Uso	654	4	-	650	332
Mobiliário	285	-	-	285	-
Equipamento de	318	-	-	318	-
Outros Equipamentos	52	4	-	48	48
(Depreciação)	(595)	(18)	-	(577)	(560)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de	(595)	(18)	-	(577)	(560)
(-) Mobiliários	(240)	(14)	-	(226)	(211)
(-) Equipamento de Proc. de	(314)	(1)	-	(314)	(312)
(-) Outros Equipamentos	(40)	(3)	-	(39)	(36)
Intangível	422	314	-	108	410
Ativos Intangíveis	1.456	627	-	829	2.667
Sistema de Processamento Aquisição	9	-	-	9	-
Licenças Contratuais	1.447	627	-	820	-
(-) Amortização Acumuladas	(1.034)	(313)	-	(721)	(2.258)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(6)	(1)	-	(5)	-
(-) Amortização de Licenças	(1.028)	(312)	-	(716)	-

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), estatuidos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

7. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	411
Obrigações por Repasses – FINEP	347	347
Obrigações por Repasses – BNB	151	151
	<u>151</u>	<u>909</u>

Exigível a Longo Prazo

	2020	2019
Obrigações por Repasses-BNDES	-	2.806
Obrigações por Repasses – FINEP	716	922
Obrigações por Repasses – BNB	319	467
	<u>1.035</u>	<u>4.196</u>

- a) Os recursos do BNDES, são corrigidos pela URTJLP, possuem garantia de contrato entre a Irmandade Santa Casa de Misericórdia do Recife e o Ministério da Saúde;
- b) Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- c) Os Recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Em seu maior valor, compreende dotação em dinheiro depositado no Banco do Brasil S/A para aumento de Capital Social, creditado à instituição pelo seu maior acionista (Governo do Estado de Pernambuco), aguardando aprovação do Banco Central do Brasil para incorporação (nota 8). Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2020 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores.

	dez/20	dez/19
Dotação para Aumento de Capital	6.500	-
Provisão Outras Despesas	230	
Provisão de Ordenado, Férias e	386	
Credores Diversos	670	
TOTAL	<u>7.786</u>	

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 71.810 (mil), representado por 70.754.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Conforme liberalidade prevista no art. 10º. do Estatuto Social da empresa, em 04 de dezembro de 2020, em ata do Conselho de Administração-CONAD, foi deliberado aumento de Capital Social no valor de R\$ 6.500 (mil), até o limite de 8.000.000,00 (oito milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após homologação do Bacen em 2021, será incorporado ao Capital da Agência.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	2020		2019	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	71.400.000	99,43%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,49%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,07%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	71.810.010	100,00%	65.410.010	100,00%

10. DESPESA DE PESSOAL E HONORÁRIOS

	2º Sem.	2020	2019
Honorários	435	885	776
Alimentação	369	647	353
FGTS	123	237	162
INSS	424	819	567
Ordenados e	1.014	1.880	1.206
Férias	181	334	209
13º Salário	114	218	148
Outras	33	70	61
	<u>2.693</u>	<u>5.090</u>	<u>3.481</u>

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

	2º Sem. 2020	2020	2019
Manutenção e Conservação	44	83	118
Processamento de Dados	42	81	78
Publicações	28	107	175
Serviços de Terceiros	126	227	199
Serviços Técnicos Especializados	27	482	1.962
Aluguéis	163	338	322
Comunicação	59	108	83
Serviços de Vigilância	-	-	127
Serviços Sistema Financeiro	110	205	98
Cartórios Emolumentos e Custas	-	-	107
Taxas Diversas	-	-	52
Promoções e Relações Públicas	-	-	60
Água, Energia e Gás	41	41	-
Tributárias e Outras	90	217	263
	<u>730</u>	<u>1.891</u>	<u>3.618</u>

12. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.



c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

